

# QUANDO O ESCRAVO VIRA AFRICANO:

## Reflexões sobre a construção da noção de estrangeiro no Brasil de finais do século XIX

Líllia Katri Moritz Schwarcz\*

### O “estrangeiro”, entre a limiariidade e o contraste<sup>(1)</sup>

Qual o significado do termo **estrangeiro**? Formalmente, estrangeiro é todo aquele que não faz parte da comunidade de cidadãos de determinada nação. No dicionário, é o indivíduo “de nação diferente daquela a que se pertence”. No entanto, longe da definição precisa do léxico, ou do didatismo de certas explicações, **estrangeiro** é antes uma noção em construção, um objeto de barganha e negociação: ser ou não ser estrangeiro faz parte da especificidade da história de cada local. Nem sempre um estrangeiro é considerado como tal por todos, e em todas as situações. Aí está uma definição escorregadia que exige contextualizações mais abrangentes.

O que se pretende neste artigo, portanto, é discutir teoricamente a situação do **estrangeiro**, enquanto personagem que vive uma condição específica de limiariidade e alteridade. Na fronteira entre a aceitação social e a rejeição, o estrangeiro vivencia

a mais pura limiariidade, na medida em que sua inserção social é sempre objeto de barganha e de transformação. Isto é, se por vezes um estrangeiro é visto como um igual entre iguais, já em outros momentos sua condição diversa é inflacionada no sentido de excluí-lo da sociedade que até então o assimilava. Por outro lado, pode-se dizer que a definição primeira do estrangeiro é construída de forma contrastiva. Caracterizado pela oposição que estabelece com os demais membros do grupo, o estrangeiro é o diferente do “nós” comum, aquele que escapa a uma identidade local prévia e constantemente redefinida.

Os exemplos são muitos. Do “judeu, o não judeu”, grupo tão bem definido por Sartre como um caso exemplar de identidade formada por exclusão, ao fenômeno dos ciganos - nômades e estrangeiros em qualquer lugar -, para não falar do estereótipo nacional que cerca os nordestinos, eis que um universo de casos dispersos entre si ganha sentido quando observado em conjunto. Através deles percebemos como se constroem identidades que se afirmam menos enquanto positivities e mais como reações à situações que lhes são adversas e externamente impostas.

Neste artigo, a idéia é tomar um caso e um objeto específicos. Trata-se de analisar a mudança na representação dos negros ocorrida em finais do século XIX no Brasil, quando se nota a existência de um movimento dúbio. Ao mesmo tempo que os escravos perdiam sua antiga condição cativa, eles passavam a ser crescentemente nomeados como estrangeiros e africanos. Ou seja, se até então eram considerados, a despeito da especificidade de sua situação, brasileiros; a partir dos anos 1880 será como habitantes de “um continente bárbaro e selvagem” que os negros aqui residentes serão normalmente definidos. Dessa maneira, a conquista formal da igualdade parecia trazer consigo todo um movimento de redefinições, que recusava

aos negros o acesso à nova nação republicana recém-formada.

### Nós a braços com a civilização<sup>(2)</sup>

Em finais do século passado os jornais paulistanos foram inundados por uma série de artigos que, em nome de uma ciência evolutiva e determinista, passavam a exaltar a premência da modernização, a urgência da entrada do país na “civilização”. Utilizando-se de um jargão darwinista social, esses ensaios estabeleciam verdadeiras hierarquias raciais, nas quais os brancos apareciam como modelos de civilidade, em oposição a negros, índios e mestiços, que representavam, cada um a sua maneira, estágios diferentes de evolução.

Dessa forma, enquanto os indígenas eram caracterizados como “morosos e pouco apegados ao trabalho”, os negros eram definidos a partir de seus costumes “bárbaros e primitivos”. Comentava o jornal **Correio Paulistano** sobre um africano recém-chegado ao país: “É um bello espécime de selvagem perfeitamente negro com uma estatura de seis pés, parece contar com 50 annos. Não dá trabalho, só come um boi inteiro por dia” (3 de dezembro de 1883). Como esse, outros artigos passavam a destacar a especificidade dessas populações e seu afastamento dos estimados padrões ocidentais.

As várias matérias não se limitavam, no entanto, a apenas definir as diferenças existentes entre as várias raças nacionais. Começavam a se deter com cuidado nos modelos de urbanidade por um lado, e nos exemplos de barbárie, por outro. Assim, se periódicos como o **Província de São Paulo** elegiam a Europa “o berço da civilização, a morada da sciencia, o nascedouro da modernidade” (8 de janeiro de 1881), por contraste, a África surgia retratada como “o exemplo da barbárie”.



Foto: Pedrão



## África: o exemplo da barbárie

A África, “o continente dos negros”, a partir dos anos 1880 transformava-se em tema constante na imprensa local. O enfoque era basicamente o mesmo: enquanto grande parte das qualidades positivas dos negros estaria ligada ao contato com a civilização ocidental, tudo o que havia de pior em seu comportamento estaria vinculado à sua origem primeira: a África.

Esse continente era presença constante em editoriais e notícias, com seus costumes “pitorescos e exóticos”, que revelavam, por sua vez, a “inferioridade e o barbarismo” reinantes. Vejamos o artigo intitulado “*Crenças religiosas e africanas*”, publicado na **Província de São Paulo** em março de 1885: “*Os negros quando passam para a América conservam as suas monstruosas superstições. O nome da seita dos Vandou tem adquirido uma triste imagem em consequência das atrocidades que ella pratica... Em certas ocasiões, e não obstante a maior vigilância de parte das autoridades, elles vão secretamente ao interior das florestas africanas celebrar os seus ritos bárbaros e depois de desregradas orgias alimentadas pela aguardente e pelo sangue humano, realizam a morte de algum participante.*” Após a descrição de uma cerimônia de “*canibalismo religioso*”, o autor finalizava com ironia: “*... Os canibaes ébrios de sangue entoaram uma canção mysteriosa e concluído o horrível banquete, os Vandou separaram-se satisfeitos com o rendez-vous.*”

Nesses artigos as práticas africanas eram enumeradas com requintes de mau gosto, ressaltando-se antes de tudo os estereótipos negativos empregados em relação aos negros: a feitiçaria, a violência, a degeneração e a imoralidade. Porém, o perigo maior, como afirma o artigo acima, parecia centrar-se no fato de que esses grupos vinham para o Brasil conservando suas “*monstruosas superstições*”. Esse é o caso do texto “*Uma ceia africana*”, que relata a história do explorador Sir Baltre que perdido nas selvas da África deu-se por satisfeito quando avistou um casebre. Havia ali “*uma preta velha*” que lhe deu de

comer. Eis a cena: “*Aterrada a velha tirou uns ovos, quando o inglês avistou pendurados no tecto e enfiados n’uma vara umas cousas pretas que lhe pareciam comestíveis. Apesar dos supplicios da velha, tomou-lhe e acrescentou com elle a fritada. Acabada a succulenta refeição, entrou o dono da choça e disse: - Miserável estrangeiro, devorastez os meus tropheus de guerra! - - Que tropheu? - - Os que alli tinha dependurado no tecto e que eram as orelhas de guerreiros vencidos e mortos!...*”

Os artigos combinavam assim um certo tom de suspense, com uma visão jocosa no que se refere aos africanos. Em oposição, o imperialismo europeu, apesar de sempre subjacente, jamais era destacado ou questionado, já que o que estava em questão era a “*selvageria do continente negro*”, onde os hábitos violentos e os costumes bárbaros pareciam representar o lado inverso do espelho ocidental.

### “Os africanos entre nós”

A África era portanto um tema importante e recorrente não só porque objeto da inquietação científica desse momento, mas sobretudo porque informava acerca da própria população negra aqui residente. Nesse contexto, a África aparece quase como sinônimo de barbárie, um qualificativo por si só. Expressões como “*um comportamento africano*”, “*até parece a costa da África*”, ou “*dois sujeitos brigavam africanamente*” revelam de que maneira o tema ganhava significações mais abrangentes.

É também no mesmo período que nas “*ocorrências policiais*”, os criminosos ou suspeitos negros passam a ser frequentemente descritos como africanos e identificados por seus traços distintivos. “*Fugiu o negro africano José, retinto e com sinais de violência nos braços e pernas...*” (**Correio Paulistano**, agosto de 1887). Ou então: “*foi preso o preto João por suspeita de assassinato. Possui fisionomia de africano*” (**Correio Paulistano**, março de 1886). Por outro lado, a introdução da antropologia criminal e das teorias de Cesare Lombroso nos meios acadêmicos e policiais fortalecia a observação dos chamados “*estigmas africanos, sinais de*

criminalidade e degeneração”: “*Foi preso um suspeito negro, africano, apresentando traços físicos e morais lombrosianos, o que justificou de pronto a sua apreensão*”. (**Província de S.P.**, novembro de 1888).

Assim, no processo que culminou com a emancipação dos escravos, esses últimos ao mesmo tempo que ganhavam a liberdade jurídica, transformavam-se em cidadãos de segunda categoria, na medida em que inferiores e estrangeiros. Mesmo enquanto estrangeiros, os negros participavam de um grupo ainda mais desqualificado. Isto é, não acumulavam os atributos dos italianos recém-egressos, e muito menos dos asiáticos, sobre os quais recaía outra série de imagens. Não há como esquecer que esta é também a época das inúmeras leis de imigração que, tendo por base critérios raciais, começavam a distinguir a “*boa*”, da “*má*” imigração.

Os exemplos acumulam-se a revelam, em seu conjunto, oscilações no nível das representações. De personagem pura, trabalhadora e leal, o “*negro de alma branca*” transformava-se no estrangeiro de costumes bárbaros, num criminoso real ou potencial, um empecilho à civilização.

### Tia Josepha e seus pastéis

É particularmente relevante, nesse sentido, um conto publicado no **Correio Paulistano** logo após a libertação dos escravos, justamente no momento em que boa parte dos editoriais não se cansava de exaltar a emancipação e o recente acesso dos negros à cidadania.

Intitulado “*Tia Josepha*”, esse conto apareceu em julho de 1888, durante dois dias consecutivos. O leitor que tivesse se detido só na primeira parte do conto teria notado que a história passava de um clima de desconfiança ao de total credibilidade. O leitor seria levado, ainda, a concluir pelos “*bons instintos*” da preta Josepha e seu companheiro - o africano Manoel Congo -, e a condenar o preconceito vigente naquele local, que fazia com que “*criaturas honestas*” fossem estigmatizadas. Mas deixemos o próprio texto falar: “*Uma preta cozinheira, a africana tia Josepha dos pastéis, sabia fazer e vender sua arte. Fabricava uns pasteizinhos de carne ma-*



cios, aloirados, apetitosos e vendia-os bem. Tinha certa popularidade na cidade, era parteira e preparava mezinhas... Uma humanitária a tia Josepha. Morava com seu homem, um africano velho pedreiro, o Manoel Congo, em uma casa baixa e fria ao lado do cemitério... A princípio o negócio dos dous não correu bem... A cara da negra, cheia de cortes e cicatrizes cabelludas, desenhando arabescos extravagantes e exquisitos, era um obstáculo repugnante entre as gulodices e pastéis. Um espantinho de crianças respeitado e temido: A FEITICEIRA... A pasteleira devorava as crianças com os olhinhos de gata, e lá se ia maneando as ancas de africana... Um dia, um cidadão menos supersticioso, um atheu, comprou alguns pastéis, achou-os deliciosos e a carne tenra e de sabor esquisito. Começaram a ter extração os pastéis da Tia Josepha. Um facto concorreu para a população desfeitiçar a velha. Livrou a Marocas, mulher de Juca o sapateiro, de uma febre maligna... e desde alhi veio a sua grande popularidade". (Fim da 1a. parte, 27 de julho de 1888).



Foto: Arquivo CEM

Assim, apesar de exóticos, africanos e diferentes os negros começavam a ser assimilados pela comunidade, inclusive com ganhos. No entanto, no dia 28 de julho a história mudava repentinamente de rumo. A cidade já confiava na africana tia Josepha, mas... em estrangeiros como esses não se podia confiar cegamente. É assim que o conto segue narrando a doença de Nini - filha de D. Eulália, mulher do tabelião Freitas. Tia Josepha interveio mas não consegue salvar a pobre criança, que acaba sendo enterrada no cemitério local, com os préstimos de Manoel Congo. Após o triste episódio, a mãe, desconsolada, continuou a receber a visita de Josepha, que lhe trazia seus pasteizinhos de coelho. Por ocasião do assentamento da pedra, D. Eulália convenceu o marido a voltarem ao cemitério pela última vez. Ao levantar o tampo do caixão, porém, perceberam a existência de apenas alguns ossos polidos e "nada da Nini".

O acontecimento convulsionou a cidade e a polícia cercou o casarão de Josepha. O povo invadiu a casa e descobriu pequenos artelhos e ossos de criança. Passemos ao relato: "A africana Josepha, sentindo-se perdida, ria... A notícia voou pela cidade e chegou a Eulália, que sentiu um nojo imenso... Tinha comido a sua filha em pastéis".

É fácil perceber como um só conto tem a capacidade de aglutinar uma série de imagens dispersas. A feitiçaria africana, o caráter traiçoeiro dessas populações, a barbárie dos costumes. O texto é ainda mais explícito na medida em que sua divisão em duas partes revela contradições próprias da época. De um lado, a tentativa de assimilação desses estrangeiros enquanto iguais; de outro, a necessária exclusão. Da aceitação à confirmação

do preconceito que se transformava - com a colaboração das teorias científicas deterministas - em verdade inofismável.

## De desgraça à fortuna. O estrangeiro é "produto nacional".

Por meio dos exemplos acima é possível perceber a oscilação do conceito de estrangeiro/africano, e seu uso estratégico em finais do século passado. Enquanto "cativo fiel", o africano era transformado em brasileiro, batizado e recebido como tal. No entanto, com sua emancipação e a vigência de teorias raciais, que insistiam na colaboração dispar das raças, o negro é novamente reconduzido à situação de estrangeiro e estigmatizado enquanto tal.

O que se percebe, portanto, é como o conceito em si é destituído de significado, na medida em que seu sentido é contextual. É só dessa maneira que poderemos compreender como, nos anos 30, a fábula das três raças é transformada por Gilberto Freyre em sinal de fortuna e singularidade nacional e como, até hoje, os elementos africanos incorporados em nossa cultura são considerados "genuinamente nacionais". Estamos falando dos blocos afro, das religiões africanas e de vários outros elementos de exportação.

Resta concluir que, assim como ninguém é sempre e em qualquer lugar um estrangeiro, muitas vezes nos sentimos estrangeiros em nosso próprio país. Mas esses já são - como se diz - outros e velhos carnavais.<sup>(3)</sup>

\* Lília K. M. Schwarcz é Profa. do Dpto. de Antropologia da Universidade de São Paulo.

## NOTAS

(1) Os documentos aqui apresentados foram em grande parte retirados do livro *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*, de minha autoria, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

(2) Para facilitar a leitura, introduzimos os documentos do século XIX em itálico.

(3) Para um aprofundamento do tema vide *Negros estrangeiros*, Cunha, Manuela Carneiro da. São Paulo, Brasiliense, 1985; *Homens de Ciência e a raça dos homens*, Schwarcz, Lília K. M. tese de doutorado, 1992, USP; *Preto no branco*, Skidmore, Thomas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; *Estilo tropical*, Ventura, Roberto. São Paulo, Cia das Letras, 1991.